

**Daí San Sekuta: O universo das organizações do Terceiro Setor da Comunidade
Japonesa de São Paulo**

**Dai San Sekuta: the universe of the Japanese Community Third Sector Organizations
in São Paulo**

Resumo: Este trabalho é uma pesquisa exploratória sobre o universo das organizações do Terceiro Setor da Comunidade Japonesa da Cidade de São Paulo. O objetivo foi o de identificar e classificar estas organizações usando a taxonomia desenvolvida para a *International Classification of Non Profit Organization (ICNPO)*.

Formatado

Palavras-chave: Terceiro Setor – Imigração Japonesa - Japão.

Abstract: This work is a exploratory survey on the universe the Japanese Community Third Sector Organizations in São Paulo. The objective was to identify and classify these organizations using the *International Classification of Non Profit Organization (ICNPO)* taxonomy

Formatado

Key words: Third Sector – Japanese Imigration - Japan.

Mário Aquino Alves é doutor e mestre em Administração de Empresas pela FGV/EAESP. É Bacharel em Administração Pública pela FGV/EAESP e Direito pela USP. É Professor Assistente na FGV/EAESP, onde ministra cursos sobre Teoria das Organizações e Comunicações. Seus interesses de pesquisa são as áreas de estudos organizacionais, organizações da sociedade civil e análise do discurso.

Philip Hiroshi Ueno é bacharel em Administração Pública pela FGV/EAESP.

Fernando Yuiti Fujisawa é bacharel em Administração de Empresas pela FGV/EAESP.

1. Introdução

Este trabalho teve como objetivo principal identificar e classificar as organizações do Terceiro Setor de origem japonesa – *Daí San Sekuta*, em japonês - no Brasil, mais precisamente no município de São Paulo.

O que se procurou entender foi como, a partir desta classificação, seria possível compreender a formação de organizações do Terceiro Setor desde o início da imigração japonesa até os dias atuais, a que tipos de atividades vêm se dedicando estas organizações e identificar o grau de abertura que estas organizações apresentam em relação à sociedade em geral.

Procurou-se concentrar esforços na busca por uma maior fundamentação teórica sobre alguns assuntos, tais como: definição da metodologia a ser adotada através do estudo dos principais pensadores sobre Terceiro Setor, bem como um maior aprofundamento sobre o assunto, a cultura japonesa e seu Terceiro Setor, e por fim, o desenvolvimento desse Setor no Brasil.

Para que este objetivo fosse alcançado, uma primeira parte deste trabalho consistiu na pesquisa sobre a questão da imigração japonesa no Brasil e como algumas organizações típicas foram criadas. Esta primeira parte foi relatada no trabalho de iniciação científica de Fernando Yuiti Fujisawa, *Organizações do Terceiro Setor e Imigrantes em São Paulo: a comunidade japonesa (2003)*, financiado pelo GVPesquisa.

Apesar de no presente relatório terem sido incorporados muitos dos elementos do trabalho de iniciação científica, foi necessário aprofundar mais ainda na pesquisa. E foi nesta parte, que tratou basicamente de compreender tanto aspectos históricos do Japão e da imigração japonesa no Brasil, como também a maneira pela qual os imigrantes japoneses se organizaram em organizações de Terceiro Setor, que tivemos que contar com várias pessoas que, gentilmente, cederam uma parte do seu tempo para nos ajudar de diversas formas, desde como procedermos as pesquisas no *Bunkyo*, até mesmo como poderíamos

traduzir alguns elementos da língua japonesa. Embora várias delas mereçam gratidão, gostaríamos de mencionar duas pessoas em especial e, por meio delas, agradecer a todos.

Queremos agradecer à Célia Oi, Museu de Imigração Japonesa no Brasil e coordenadora do levantamento das informações do Guia da Cultura Japonesa, que nos ajudou a entender este universo complicado das diversas organizações da comunidade japonesa. Também queremos agradecer à Suyoko Ueno, historiadora que nos ajudou bastante e, com muito carinho, procurou dar algum sentido aos nossos *travellings* sobre a história do Japão e sobre a imigração japonesa no Brasil.

Este trabalho está assim dividido. Na primeira parte tratamos do referencial teórico que norteou este trabalho: as questões sobre Terceiro Setor; a histórica e sociedade japonesa; e a imigração japonesa para o Brasil. Depois, tratamos de explicar a metodologia deste trabalho, para em seguida apresentarmos os resultados da nossa classificação. Por fim, traçamos alguns parágrafos sobre algumas possíveis inferências que se podem fazer a partir dos resultados.

2. Referencial Teórico

Excluído: 3

2.1 O que são Organizações do Terceiro Setor?

Excluído: 3

Procurou-se, no início do projeto, fontes que possibilitassem uma melhor compreensão e metodologias para classificarmos o Setor Não-Lucrativo (SALAMON,1992). Esse setor existe desde muito tempo atrás e está presente em toda a sociedade americana. É difícil obter uma definição exata sobre o que é Setor Não-Lucrativo devido a sua grande diversidade, tendo em vista as seções que as leis de taxação americana possuem (SALAMON, 1992).

Há diversas terminologias usadas para caracterizar o Setor Não-Lucrativo: setor donativo, setor independente, setor voluntário, setor isento de imposto e o próprio termo setor não

lucrativo (SALAMON,1992). Cada um desses termos enfatiza um aspecto da realidade representada por essas organizações em detrimento aos outros aspectos.

A distinção entre Filantropia e Setor Privada Não-Lucrativo também se faz necessária. Este é um conjunto de organizações privadas que servem para algum propósito público, como avanços na medicina, educação, progresso científico, bem-estar social ou pluralismo. Aquele é o dispêndio de tempo ou valores (dinheiro, seguros, propriedades) para propósitos públicos. Ele é uma das formas de lucro (fonte de renda) para organizações não-lucrativas privadas (SALAMON, 1992).

Excluído:

Existem cinco argumentos (SALAMON,1992) que tentam explicar o surgimento e existência do Setor Não-Lucrativo: 1) Histórico: a formação de organizações voluntárias era mais eficaz do que as realizações feitas pelo governo; 2) Falhas de mercado: serviços e produtos coletivos, que são pouco demandados ou que sua utilidade envolve uma grande parcela de beneficiados, não atraíram a atenção de organizações privadas lucrativas, restando para as não-lucrativas a realização das mesmas; 3) Falhas do governo: com a existência desses produtos coletivos, a ajuda governamental é muito difícil de ser obtida para a realização dessas atividades, sobrando, portanto, às organizações privadas não-lucrativas; 4) Pluralismo/Liberdade: a necessidade de desprendimento das organizações privadas com o governo; e 5) Solidariedade: pessoas mais abastadas disponibilizando tempo e dinheiro para ajudar pessoas carentes.

Foi também estudada e discutida a importância das organizações privadas na realização de atividades do setor público (ANHEIER & SEIBEL,1990). As organizações não-lucrativas (NPOs), organizações voluntárias privadas (PVOs) ou associações comunitárias possuem como característica comum a não existência de proprietários entitulados a receberem lucros da organização sobre a forma de dividendos ou ganhos de capital (ANHEIER & SEIBEL,1990). Essas organizações podem auferir lucros, mas não há distribuição dos mesmos. Todo o ganho permanece na organização e é utilizado para seus propósitos (ANHEIER & SEIBEL, 1990).

O setor não-lucrativo varia muito de país para outro devido à heterogeneidade da sociedade. Quanto mais heterogêneo ela for, maior será o setor privado (ANHEIER & SEIBEL,1990). Por último, vale ressaltar um aspecto muito importante que consiste na delegação de atividades de responsabilidade governamental para o setor não-lucrativo, possibilitando o governo enfatizar os seus objetivos, seus planos de governo. Portanto, o setor não-lucrativo auxilia o primeiro setor, assumindo algumas das responsabilidades (ANHEIER & SEIBEL,1990).

2.1.2. O *Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project*

Excluído: 3

Formatado

Formatado

Deve-se ao *Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project* o “renascimento” do termo “Terceiro Setor” ou, pelo menos, a divulgação uniforme da expressão, para todo o mundo. Nas palavras de seus coordenadores, o *Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project* visava a “preencher as lacunas do conhecimento já antigo sobre os milhares de escolas, hospitais, clínicas, organizações comunitárias, grupos de pressão, centros de atendimento, organizações humanitárias, creches, abrigos, agências familiares, grupos ambientais e outras que constituem esse importante setor” (SALAMON e ANHEIER, 1997, xi).

“Terceiro Setor” é termo que foi recortado no conjunto das idéias da economia clássica, para a qual a sociedade é dividida em setores, de acordo com as finalidades econômicas dos agentes sociais, entendidos como agentes de natureza jurídica pública e agentes de natureza jurídica privada (WEISBROD, 1988). Assim, agentes de natureza privada que praticam ações com fins privados (bens privados) podiam ser descritos como o “Primeiro Setor”, setor ao qual corresponderia o *Mercado*; agentes de natureza pública que praticam ações que visam a fins públicos (bens públicos) podiam ser descritos como o “Segundo Setor”, setor ao qual corresponderia o *Estado*. E, por via de consequência, agentes de natureza privada que praticam ações visando a fins públicos podiam ser descritos como o “Terceiro Setor”. Essa classificação pode ser visualmente expressa, como no Quadro 1.

AGENTES	FINALIDADE	SETOR
Privados	Privada	Mercado
Públicos	Pública	Estado
Privados	Pública	Terceiro Setor

QUADRO 1: SETORIZAÇÃO DOS AGENTES POR FINALIDADES

Adaptado de: (FERNANDES, 1993) p. 21.

Para responder à essas perguntas e poder fazer sua pesquisa comparativa no Terceiro Setor, Salamon e seus colaboradores criaram uma definição estrutural/operacional, a partir da qual puderam identificar as organizações do Terceiro Setor que lhes interessava estudar (SALAMON e ANHEIER, 1992).

Excluído: r 1
a

Por essa definição estrutural/operacional, para o, o Terceiro Setor é constituído de organizações que apresentem, em maior ou menos grau, as cinco características abaixo (SALAMON e ANHEIER, 1992):

1. **Formalização**, ou seja, que apresentem alguma forma de institucionalização, quer seja pelo registro público de suas atividades, quer seja por outras formas que justifiquem a sua existência formal (reuniões regulares, representantes reconhecidos, ou outras formas de regularidade estrutural).
2. **Natureza Privada**, ou seja, institucionalmente separadas do Estado. Organizações não-lucrativas, para este projeto, não são parte do aparato do Estado, nem são dirigidas por conselhos formados majoritariamente por representantes de governos. Isso não significa que estas organizações não possam receber recursos estatais, nem que membros dos seus conselhos não sejam representantes do governo, significa apenas que a estrutura básica da organização seja privada.
3. **Não distribuição de lucros**, ou seja, se houver excedentes de natureza econômica, estes não podem ser de forma alguma repassados a sócios ou membros, mas revertidos para a própria atividade-fim.
4. **Auto-governadas**, ou seja, são capazes de controlar a gestão de suas atividades.
5. **Participação voluntária** quer seja em suas atividades, em sua gestão ou em sua direção.

Por essa definição estrutural/operacional, a pesquisa construiu um parâmetro mínimo de análise pelo qual se tornou possível estudar o “Terceiro Setor” em diversos países – de início em 13 países e, hoje, já em 40 países (CENTER FOR CIVIL SOCIETY STUDIES, 2002).

Dado que os cinco critérios acima permitem que se incluam ou excluam organizações e permitem que se deixem à margem outros arranjos societários que poderiam fazer parte do “Terceiro Setor”, vê-se que a definição estrutural/operacional de que se vale o *Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project*, é um instrumento interessante para aproximar vários e diferentes “Terceiros Setores”, em todo o mundo, mais esconde do que revela.

2.2 A Sociedade Japonesa

Durante o século XVII, no Japão, subiu-se ao poder um governo que pôs fim à um prolongado período de desordem e lutas internas. Esse governo consegue conter e esvaziar o descontentamento dos camponeses de tal modo que evitaram uma revolução rural. Pode-se dizer que esse governo se assemelha ao feudalismo, com suas respectivas peculiaridades. A versão japonesa do feudalismo manteve-se vigorosamente ainda mesmo no século XIX. Ela inicia-se com a Era do Xogunato Tokugawa. A principal idéia política do xogunato era estática: a manutenção da paz e da ordem. A sociedade estava nitidamente dividida em governantes e governados. Os últimos eram, na sua maioria, camponeses, que as classes guerreiras governantes consideravam principalmente como instrumentos para trabalhar a terra e pagar impostos para seu próprio benefício. Em troca, quando o sistema estava funcionando bem, os camponeses recebiam em troca os benefícios de, pelo menos, uma módica segurança econômica e justiça política. Com os governantes tentando reprimir quaisquer influências que pudessem minar a ordem prevalecente, acabou-se por resultar no afastamento do Japão com o mundo exterior, que por fim, seria ameaçada pelos mercadores das cidades e pela chegada dos americanos (MOORE Jr., 1983).

Naquela época, dentre os grupos governantes, havia importantes classes e distinções. O Imperador era uma figura apagada e escondida, apenas útil para converter o prestígio em

poder real para os outros. O Xogun detinha as rédeas da autoridade, num sistema que se assemelhava muito mais ao absolutismo do *Rei Sol* do que às instituições feudais descentralizadas da história européia.

Formatado

O Xogun possuía entre um quarto e um quinto da terra cultivável do país, e a maior parte dos seus recursos derivava dessa fonte. Com o objetivo de governar esse domínio, nomeava cerca de quarenta intendentess com salários regulares, formando uma forte infusão burocrática no feudalismo japonês.

O sistema da autoridade Tokugawa representava uma tentativa para impor uma autoridade central burocrática no topo de uma política feudal fragmentada, em que era importante fazer jogar os grandes feudos uns contra os outros.

Diretamente abaixo do Xogun, vinha o pequeno grupo dos grandes senhores ou daimyo. Seu status advinha da totalidade de produção de arroz de sua propriedade.

Abaixo do *daimyo*, encontrava-se o corpo principal dos samurais, os guerreiros, entre os quais havia grandes variações de poder e de fortuna. A princípio, eram auxiliares militares dos daimyo e recebiam deles um estipêndio anual de arroz. O xogunato Tokugawa, ao torná-los recebedores de salário, afastou-os da base independentes do poder na zona agrária e eliminou, de um golpe, uma das principais fontes de instabilidade política da época precedente. Ao mesmo tempo, pela imposição da paz, o xogunato privou os samurai de qualquer função real na sociedade japonesa e contribuiu para a criação de um grupo – os samurais arruinados – que desempenhou um papel-chave para a sua eventual destruição.

Formatado

Quando se afastava da corte do Xogun, o daimyo, ou senhor, vivia rodeado dos seus samurai, ou defensores, numa cidade-castelo. Essas eram centros locais através dos quais as classes guerreiras extraíam dos camponeses, sob a forma de impostos, o excedente econômico que as sustentava.

Dentro dos feudos, os grandes feudatários exerciam o poder. Contudo, eles não podiam erigir novos castelos, cunhar moeda, construir barcos de guerra ou fazer casamento sem a sanção do Xogun.

Depois dos meados do século XVII, quando o sistema já assentara e a posição do Shogun parecia segura, a política dos Xogun seguintes tornou-se muito mais cautelosa e tornaram-se muito mais raras as intervenções nos assuntos internos de um feudo.

O sistema Tokugawa não era um modelo de teoria e de prática de uma sociedade livre, como na civilização ocidental. Além disso, o primitivo feudalismo japonês não possuía características que, no Ocidente, contribuíram de maneira importante para esse florescimento. No laço feudal que unia o senhor e o vassalo, o elemento de contrato propriamente dito era muito fraco no Japão; os elementos de lealdade e dever para com os superiores, por outro lado, eram extremamente sublinhados. As dissertações ocidentais sobre o contraste existente fazem com que os laços feudais japoneses pareçam mais primitivos e menos objetivos e racionais do que os seus correspondentes europeus. Apoiavam-se mais em costumes não escritos e na observância de cerimoniais; tinha o caráter de uma relação familiar fictícia, algo muito amplamente usado na sociedade japonesa, e apoiava-se menos do que a Europa em contratos escritos ou orais para especificar os deveres e os privilégios de cada indivíduo. As tendências indígenas, nesse sentido, receberam maior reforço através da importação da filosofia de Confúncio, que quase atingiu a posição de uma religião estabelecida.

Durante o século XVII, no Japão, subiu-se ao poder um governo que pôs fim à prolongado período de desordem e lutas internas. Esse governo consegue conter e esvaziar o descontentamento dos camponeses de tal modo que evitaram uma revolução rural. Pode-se dizer que esse governo se assemelha ao feudalismo, com suas respectivas peculiaridades.

A versão japonesa do feudalismo se inicia com a era do xogunato Tokugawa. A principal idéia política do xogunato era estática: a manutenção da paz e da ordem. A sociedade estava nitidamente dividida entre governantes e governados. Os últimos eram, na sua maioria, camponeses, que as classes guerreiras governantes consideravam principalmente

como instrumentos para trabalhar a terra e pagar impostos para seu próprio benefício. Em troca, quando o sistema estava funcionando bem, os camponeses recebiam em troca benefícios como uma módica segurança econômica e justiça política. Com os governantes tentando reprimir quaisquer influências que pudessem minar a ordem prevalecente, acabou-se por resultar no afastamento do Japão com o mundo exterior, que por fim, seria ameaçada pelos mercadores das cidades e pela chegada dos americanos.

Em 1854, com a chegada dos navios do Comodoro Perry, o sistema Tokugawa já sofria de uma considerável decadência.

A era Tokugawa chega ao fim em 1868, com a restauração de Meiji. O imperador Meiji muda-se de Kyoto para Tóquio, que se torna a nova capital. O poder político do xogunato dos Tokugawa, já enfraquecido, foi transferido para as mãos do imperador e de um pequeno grupo de nobres e samurais.

Como outras nações asiáticas subjugadas, o Japão foi obrigado a assinar tratados com as potências ocidentais. Esses tratados garantiam aos ocidentais vantagens legais e econômicas sobre o Japão. Para ganhar independência em relação aos Estados Unidos e Europa, o governo Meiji adotou uma série de medidas, praticamente em todas as áreas, para que o Japão pudesse se tornar uma nação rica e respeitada.

O novo governo planejava tornar o Japão um país democrático, com igualdade entre o seu povo. Promoveu uma reforma social, em que aos poucos se foram extinguindo as diferenças entre as classes do período Tokugawa. Os samurais foram os principais perdedores, vendo desaparecer com a extinção da classe todos os seus privilégios. As reformas também incluíram a elaboração de uma constituição e a garantia da liberdade religiosa, em 1873.

Para estabelecer o novo governo, os senhores feudais (*daimyo*) tiveram que ceder todas as suas terras ao imperador. Isso foi feito em 1870, seguindo-se a transformação dos feudos em prefeituras (MOORE JR, 1983).

Formatado

A educação foi reformulada, primeiro de acordo com o sistema francês, depois, seguindo o alemão. Instituiu-se também a educação compulsória.

Depois de uma ou duas décadas de intensiva ocidentalização, uma onda de sentimentos nacionalistas e conservadores toma espaço: princípios do Confucionismo e do Xintoísmo são incrivelmente enfatizados e ensinados nas instituições educacionais. Fortalecer o setor militar foi prioridade máxima do Japão, em uma era marcada pelo imperialismo europeu e americano. Para isso, modernizou o seu exército e marinha.

Para transformar a economia agrária do Japão feudal em uma moderna economia industrial, muitos estudantes japoneses foram mandados ao exterior, para aprender as ciências e linguagens do ocidente, enquanto especialistas estrangeiros eram trazidos para o país. As linhas de comunicação e transporte foram melhoradas com largos investimentos governamentais. O governo também direcionou suporte para o crescimento das indústrias e dos negócios.

Os gastos elevados provocaram uma crise, por volta de 1880, seguida por uma reforma no sistema financeiro e pelo estabelecimento do Banco do Japão. A indústria têxtil cresceu rapidamente e tornou-se a maior indústria japonesa até a Segunda Guerra Mundial.

As condições de trabalho nas primeiras fábricas, como em todo o mundo ocidental, eram muito ruins. Mas os movimentos socialistas e liberais que surgiam eram fortemente reprimidos pelo governo central.

Excluído: ¶

No setor político, o Japão recebeu a sua primeira constituição ao estilo europeu, em 1889. A Câmara dos Comuns garantiu a participação popular.

Conflitos de interesses na Coreia entre a China e o Japão causaram a Guerra Sino-Japonesa, entre 1894 e 1895. O Japão derrotou a China e anexou Taiwan, mas foi forçado pelas potências ocidentais a devolver outros territórios. Essa ação fez com que o exército e a marinha japonesa intensificassem os seus processos de armamento.

Novo conflito de interesses na Coreia e na Manchúria, desta vez entre a Rússia e o Japão, levaram à Guerra Russo-Japonesa entre 1904 e 1905. O exército japonês também venceu essa guerra, conquistando territórios e, finalmente, algum respeito internacional. O Japão aumentou a sua influência na Coreia e a anexou completamente em 1910. Esses sucessos intensificaram ainda mais o sentimento de nacionalismo do povo japonês.

Em 1912, morre o imperador Meiji e chega ao fim a sua era, que deixou um saldo positivo de grandes reformas, além de um estado moderno e unificado: o Japão como a potência militar mais forte da Ásia.

2.2.1 Economia

Até o século XVI, o Japão encontrava-se completamente isolado do mundo ocidental. Com a expansão marítimo-comercial européia, o império japonês passou a entrar em contato com os missionários e comerciantes europeus, principalmente portugueses.

Entretanto, a partir do século XVII, devido a uma revolução camponesa, de inspiração cristã, o Japão fechou-se novamente ao mundo e proibiu a entrada de estrangeiros. Por mais de dois séculos, o Japão manteve relações diplomáticas apenas com dois países: China e Holanda.

No século XIX, pressões externas (ameaças de invasão por parte dos americanos, russos e europeus) forçaram o Japão a sair do isolamento. Em 1858 foram assinados tratados de comércio com vários países e os portos foram abertos ao comércio externo.

Até 1868 o Japão era um país feudal (shogunato) e agrícola. A partir de 1868 (início da era Meiji), foi restaurado o poder imperial, e teve início um rápido processo de desenvolvimento econômico e de transformações na sociedade japonesa. A industrialização, o combate ao analfabetismo e os investimentos em infra-estrutura foram a base da modernização do país. Esse período durou até 1912. Na era Meiji efetuou-se o

processo de ruptura com o passado feudal, estabelecendo-se uma estrutura de produção e relações sociais capitalistas.

A partir dessas mudanças, o Japão deu início a um período de expansionismo imperialista que se estendeu até a Segunda Guerra Mundial.

O militarismo e o nacionalismo foram características importantes dessa fase do capitalismo japonês, criados pela necessidade de autodefesa da identidade nacional, pela necessidade de conquistar mercados externos e garantir fornecimentos de matérias-primas, ampliando sua influência no Extremo Oriente.

Os japoneses saíram da Segunda Guerra derrotados e quase totalmente destruídos. No entanto, o Japão atingiu uma vigorosa recuperação econômica que o levou ao posto de segunda potência econômica mundial. Entre esses fatores podemos destacar: a mão de obra barata, abundante, disciplinada e que se submetia a longas jornadas de trabalho; o grande valor que se tem pelo trabalho em grupo (o coletivo é valorizado, o individual, desprezado); os fortes investimentos em educação (inclusive qualificação de mão de obra); o amparo do Estado à economia, caracterizado por um forte apoio deste às empresas privadas; a adoção de uma política econômica protecionista, que mantinha (e, de certa forma, ainda mantém) impostos de importação elevados com o objetivo de proteger a indústria nacional (essa proteção também é grande no setor agrícola, especialmente no caso da produção de arroz); a enorme capacidade de poupança interna, que fez do Estado um dos maiores investidores nacionais; o auxílio financeiro-econômico dos EUA, que estavam preocupados com a possibilidade de um avanço do socialismo no Extremo Oriente, onde a China em 1949 e a porção norte da Coreia em 1950 ingressaram pelo caminho do regime socialista. Os norte-americanos entendiam que a situação de penúria social e econômica do Japão poderia estimular a insatisfação popular e tornar possível uma revolução socialista.

Atualmente, há um forte contraste da imagem externa que o Japão possui com a interna, totalmente oposta. Dentro da aparência de país próspero e exemplar, esconde algumas

divergências que afetam tanto a política, quanto a sociedade e a economia (SAKAIYA, 1993).

Por mais de 100 anos os japoneses trabalharam para transformar o país de uma nação feudal para um Estado moderno industrial. Atualmente, o Japão é um país bastante influenciador, já que vive em paz, prosperidade e segurança.

A renda per capita é semelhante à de um pequeno e rico país Europeu. O Japão é a segunda maior economia do mundo, depois dos Estados Unidos. No começo dos anos 90, a média dos ativos japoneses valia o triplo da média dos americanos e o quádruplo dos ingleses e alemães. O balanço de pagamentos do Japão também é surpreendente. O superávit causado na balança é devido principalmente à alta qualidade das exportações industriais que o país realiza. A taxa de desemprego permaneceu constante e abaixo dos 3% por um longo período de tempo e a inflação é praticamente inexistente (1,8%) (SAKAIYA, 1993).

2.2.2. Características Culturais das Organizações Japonesas

Foi presenciado o princípio de estrutura vertical em todas as organizações ou grupos japoneses, principalmente no relacionamento social entre dois indivíduos. Essa tendência estrutural, que consiste num relacionamento entre dois indivíduos, cujo status é de superioridade de um lado e inferioridade do outro lado, desenvolvido no curso da história do povo japonês, tornou-se uma das características de sua cultura (NAKANE, 1984).

Alguns fatores facilitaram o surgimento dessa tendência: o primeiro é a configuração homogênea da sociedade japonesa, devido à pouca influência de outras culturas que não fossem a nativa.

Havia uma estratificação durante o período Tokugawa, entre samurais, agricultores, mercenários e religiosos. Porém essa diferenciação social não era um produto do desenvolvimento econômico. O mesmo acontecia entre os agricultores. Apesar de existir pobres e ricos, a diferença entre eles era muito insignificante. Isso significa que a maioria

do povo japonês não foi historicamente condicionada a viver numa sociedade estratificada, como a brasileira, com demarcações de status entre os grupos.

A palavra democracia ganhou um novo significado após a Segunda Guerra Mundial, após um maior conhecimento do mundo ocidental pelo oriental e vice-versa. Enquanto a democracia estava presente no sentido político pelo mundo ocidental, a democracia se fazia viva em qualquer relacionamento existente entre duas pessoas, no conviver social do mundo oriental.

A razão para existir uma pessoa de extrato superior à outra não consistia daquela possuir um maior acúmulo de riqueza do que esta, mas sim um maior nível de conhecimento, de aprendizagem, de experiência de vida.

A idéia de trabalho em equipe, a idéia de um grupo coeso, sempre possibilitou que fossem alcançados os objetivos previstos. Foi com essa intenção que possibilitou que o Japão alcançassem os seus êxitos (NAKANE, 1984).

2.3. A Imigração Japonesa para o Brasil

2.3.1. Antecedentes

Excluído: :

Com o início da era Meiji, o Japão passou por um período de profundas mudanças, entre as quais um grande aumento da população e um forte movimento de urbanização.

Estes dois fatores vieram a pressionar o aumento da demanda por gêneros alimentícios, que por sua vez, agravava a questão da escassez de terras cultiváveis. A era Meiji também promoveu uma reforma agrária, todavia as terras eram insuficientes. As famílias grandes não tinham terras suficientes para alimentar a todos. Além disso, o peso dos impostos fez com que muitos agricultores perdessem suas terras (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2000 p. 6).

Embora a era Meiji tenha decretado uma série de mudanças nos hábitos do Japão, persistiu um antigo hábito: a herança dos bens de família.

Na cultura japonesa, cabe ao primogênito da família cuidar dos pais e dos irmãos. Ao mesmo tempo, o filho mais velho é também herdeiro único dos bens e terras da família. Este hábito persistiu até o final da segunda guerra mundial.

Este sistema criou uma grande concentração das terras que sempre caíam nas mãos dos filhos mais velhos. Ao longo de diversas gerações, este processo levou a um grande processo de concentração de renda e de terras.

Aos irmãos mais novos restavam poucas opções de ascensão social. Entre elas, estavam a carreira militar e a profissão de professor. Quando isso não acontecia os filhos mais novos exerciam o cultivo da terra sob uma posição subalterna.

Diante do quadro relatado, houve um grande aumento da migração do campo para as cidades no Japão. A indigência era crescente tanto na cidade quanto no campo

2.3.2. Imigração: o início

Formatado

Diante deste quadro de escassez de terra e indigência social, a imigração surge como uma opção. A partir de 1868 começa a imigração para o Haváí e para as ilhas Guam, incentivadas pelo governo japonês. Em 1884 o governo volta a estimular a imigração desta vez, Estados Unidos, Canadá e Peru também passam a ser locais de destino dos japoneses.

Em 5 de novembro de 1895 Brasil e Japão assinam em Paris um tratado de comércio e navegação entre os países como um prenúncio do início da imigração entre os países.

Já em 1898, devido à anexação do Haváí aos Estados Unidos, a imigração de japoneses foi impedida. No entanto, o crescimento populacional e a escassez de terra persistem.

No ano de 1908 aportam os primeiros imigrantes japoneses no Brasil. Foram 781 imigrantes que chegaram em Santos no navio Kasato Maru. Os primeiros imigrantes eram em sua maioria pessoas com experiência no cultivo das terras. Muitos eram agricultores que não detinham posse de terras.

Grande parte destes imigrantes veio para trabalhar no cultivo de café, visto que havia escassez de força de trabalho no Brasil desde a abolição da escravatura em 1888. Os primeiros imigrantes eram pessoas que pretendiam juntar dinheiro para retornar ao Japão em condições de abrir seu próprio negócio ou de comprar uma pequena área de terra.

Muitos deles ficaram conhecidos como *kimin* que, uma tradução livre, significa “abandonados”, “jogados fora”. Eram pessoas que foram enviadas para terras com péssimas condições de trabalho ou que abandonaram o trabalho nas fazendas de café que abandonaram o trabalho e se apossaram de terras mais afastadas e com piores condições de cultivo. (HANDA, 1987).

Para lidar com este problema, o governo japonês criou a Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK), para prestação de auxílio aos imigrantes japoneses. A KKKK firma um acordo com o governo do Estado de São Paulo para a compra de terras devolutas – no Vale do Ribeira e no Oeste Paulista -e estabelecer colônias nessas terras. Em cada uma dessas colônias formou-se uma cooperativa agrícola local para dar apoio financeiro e técnicos para os imigrantes (HANDA, 1987).

A partir de 1925, o governo japonês passa a financiar a imigração. Entre 1908 e 1925 vieram cerca de 40.000 japoneses ao Brasil, este período é considerado com um período de experimentação da imigração japonesa (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2000 p. 11). A partir de 1925, a imigração vai diminuindo, mas mantendo um fluxo constante de imigrantes até 1941, momento no qual o fluxo migratório se rompe devido à II Segunda Guerra Mundial.

O período da guerra foi de muitas restrições para os japoneses no Brasil. Houve restrições ao uso do idioma japonês, fechamento das escolas dos imigrantes, confisco de bens e poupança dos japoneses (MORAIS, 2000 p. 46).

Após a retomada das relações de amizade entre o Brasil e o Japão, a imigração se reinicia. Entre 1953 e 1975 vieram cerca de 60.000 imigrantes, principalmente para trabalhar nas empresas japonesas que se instalam no Brasil.

2.3.3. Características dos fluxos migratórios

Excluído: :

A primeira fase e a segunda fase da imigração foram marcadas pela vinda de imigrantes que tinham por objetivo trabalhar na agricultura. Estes trabalhadores já estavam habituados ao trabalho na lavoura e tinham queriam juntar dinheiro para retornar ao Japão. Este pensamento estimulou o fechamento da colônia japonesa aos hábitos locais. Os imigrantes formaram organizações no Brasil que visavam a manutenção da cultura japonesa tendo em mente o retorno ao à terra natal. Esta forma de pensar também contribuiu para a formação de diversas associações de província (*kenjinkais*) e de escolas rurais nas quais se ensinava o idioma japonês bem como os hábitos e tradições nipônicos (HANDA, 1987).

Excluído: é

Excluído:

Excluído: .

A derrota na segunda guerra mundial encerrou com o sonho do retorno ao Japão. Os imigrantes aqui instalados já estavam em sua segunda geração e diante da situação econômica e da destruição do país começam a se conformar com a idéia de se estabelecer em terras brasileiras.

Tal decisão também decorre do fato de que aqui, os japoneses já estavam adaptados e que alguns deles já desfrutavam de relativo conforto material, ascensão social e alto grau de instrução.

Com a retomada do crescimento japonês, a imigração muda de caráter. A colônia japonesa no Brasil já se encontra solidificada e com uma grande estrutura de organizações.

Naquele momento, surgem novas perspectivas: o Brasil poderia se tornar um país alvo de investimentos japoneses. Este fator faz com os imigrantes que chegam ao país possuam um perfil diferente daquele do início da imigração. Trata-se de imigrantes técnicos. Muitos deles vem para trabalhar em grandes empresas japonesas sediadas no Brasil.

O Brasil é atualmente o país que conta com o maior número de japoneses e nipo-descendentes fora dos Japão. Em 1988, a colônia era composta por 1,23 milhão de pessoas: 150 mil japoneses sendo o restante nipo-descendentes de casamentos entre japoneses ou de casamentos inter-étnicos. Apenas no município de São Paulo estimava-se em 1988 que os nipo-descendentes totalizavam 326 mil pessoas. (ALIANÇA CULTURAL BRASIL-JAPÃO, 1994 p. 28)

A partir de meados dos anos 80 o fluxo migratório de inverteu. As sucessivas crises econômicas no Brasil motivaram a emigração dos descendentes de japoneses no Brasil. Atraídos pela possibilidade de receber altos salários, alguns japoneses e pessoas de dupla nacionalidade passam a emigrar ao Japão em busca de oportunidades de emprego. Apenas em 1985 há o registro de emigração de 13,8 mil japoneses e descendentes de retornam ao Japão. Em 1991 este número chega 96,3 mil pessoas. Atualmente, não há estatísticas precisas sobre este fenômeno embora haja evidências de que este movimento continue.

3. Metodologia

Esta pesquisa foi realizada sob uma perspectiva qualitativa. Uma pesquisa qualitativa consiste numa abordagem mais subjetiva na sua essência e envolve o exame e a reflexão sobre as percepções a fim de entender a sociedade e as atividades humanas.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa cuja proposta é exploratória, tendo em vista a dificuldade na coleta de dados previamente pesquisados, uma vez que há poucos estudos anteriormente realizados sobre o tema. O objetivo dessa proposta é procurar padrões, idéias ou hipóteses, ao contrário de apenas testar ou confirmar uma hipótese. Na pesquisa exploratória o foco do estudo é a observação e familiarização com a área do objeto através

de uma investigação rigorosa a fim de se atingir um nível alto de conhecimento sobre o assunto (HUSSEY & HUSSEY, 1997).

Dessa forma, este estudo se organizou a partir dos seguintes pontos:

1. Procurou-se entender como funcionou a instalação das organizações de terceiro setor da comunidade japonesa no contexto da imigração japonesa e da instalação da comunidade nikkei em São Paulo, procurando não explorar apenas o fenômeno, mas entendê-lo a partir de um contexto particular.
2. Depois, evitou-se a imposição de limites analíticos, a despeito dos resultados que se pretendeu alcançar com a pesquisa; e,
3. Por fim, observamos diversos métodos de coleta de dados.

3.1. Os Dados sobre a Cultura Japonesa e a Imigração

Foram realizadas visitas ao *Bunkyo* (Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa). Localizado na região da Liberdade-SP, o *Bunkyo* possui uma vasta biblioteca sobre a história do Japão e informações sobre bolsas de estudo, elementos fundamentais para a realização do trabalho. Além disso, a possibilidade de manter várias conversas informais com alguns gestores e pesquisadores ligados aos diversos organismos constituintes do Bunkyo acabou por se revelar uma inesperada - mas poderosa - fonte de subsídios para o melhor andamento da pesquisa.

3.2. O Diretório das Organizações da Comunidade Japonesa de São Paulo

Vale ressaltar que a metodologia de investigação e o procedimento de coleta de dados e informações apresentados no projeto de apresentação foram alterados – desde a propositura inicial do projeto - devido ao descobrimento da obra “ Cultura Japonesa: São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba”, lançado pela Aliança Cultural Brasil-Japão (1994).

Portanto, atividades - tais como levantamento junto a cartórios e ao consulado geral do Japão para definir o número de organizações atualmente existentes – tornaram-se desnecessárias tendo em vista que associações, escolas, imprensa e costumes preservados são justamente os assuntos tratados neste livro (RODRIGUES, 1999).

Se por um lado a atividade de coleta de dados junto a associações e consulados foi dispensada, por outro foi necessário fazer um trabalho de atualização dos dados presentes no manual “Cultura Japonesa: São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba”. Este livro, editado em 1994 apresentava muitos dados desatualizados. Isto fez com que fosse necessária uma mínima atualização dos dados das organizações descritas nele.

Para tanto foi feito um trabalho de atualização dos prefixos telefônicos. Nele os números dos telefones das organizações estudadas foram atualizados por meio de uma lista de prefixos encontrada no portal eletrônico da companhia telefônica local.

Além disso, foi preciso classificar as organizações no doze grupos propostos pela *International Classification of Non Profit Organization (ICNPO)*. (SALAMON e ANHEIER, 1997).

Seguindo esta classificação, foi possível identificar os tipos mais comuns de organizações que se encontram listadas pela publicação Aliança Cultural Brasil-Japão (1994).

Este trabalho de classificação excluiu os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços dada a sua orientação ao lucro. Em seguida, foram excluídas as entidades de governo (japonês e brasileiro).

Já as instituições de ensino, esportes, cultura, saúde e religião foram inseridas no escopo da pesquisa e classificadas de acordo com as orientações da ICNPO.

4. As Organizações do Terceiro Setor da Colônia Japonesa na Cidade de São Paulo

Formatado

Formatado

Formatado

As entidades aqui apresentadas são resultado de um processo de classificação de dados secundários obtidos a partir do manual “Cultura Japonesa: São Paulo Rio de Janeiro, Curitiba” organizado pela Aliança Cultural Japonesa.

O manual reúne textos e notas explicativas sobre a imigração, a história do Japão bem como uma série de atividades e práticas esportivas da colônia japonesa no Brasil. Há também diversas listas de entidades japonesas, lojas de produtos japoneses, associações de bairro e clubes esportivos da colônia japonesa.

A descoberta desta referência levou a uma alteração na metodologia de investigação e procedimento de coleta de dados e informações apresentados no projeto de inicial. Portanto, atividades tais como levantamento junto a cartórios e ao consulado geral do Japão para definir o número de organizações atualmente existentes tornaram-se desnecessárias tendo em vista que o livro supracitado que apresenta uma listagem de entidades ligadas à cultura e aos costumes colônia japonesa.

Formatado

A partir da exploração das informações obtidas chegou-se a uma próxima etapa: a classificação das entidades. A divisão do manual já atendia a um dos requisitos propostos pelo estudo: as entidades da cidade de São Paulo já estavam agrupadas. Todavia, faltava aplicar os critérios da *International Classification of Non Profit Organization (ICNPO)* para as entidades levantadas.

Formatado

Isto significava usar a definição estrutural, considerando aquelas que fossem: formais, privadas, não lucrativas, auto-governadas e se elas possuem algum grau de trabalho voluntário.

Este trabalho foi realizado por meio de telefonemas, consultas na internet, consulta a imigrantes japoneses, membros de algumas entidades e pesquisadores que estudam a imigração japonesa. Esta primeira identificação nos levou a um total de 317 entidades.

Formatado

Definidas as organizações de caráter não lucrativo iniciou-se o trabalho de classificação nos grupos e subgrupos propostos pela ICNPO (ver APÊNDICE A). A classificação compreende as seguintes categorias: cultura e recreação; educação e pesquisa; saúde; serviços sociais; ambientalismo; desenvolvimento e habitação; defesa de direitos e atuação política; intermediários filantrópicos e promoção do voluntariado; atividades internacionais; religião; sindicatos e associações profissionais de empregadores, empregados e autônomos; outros.

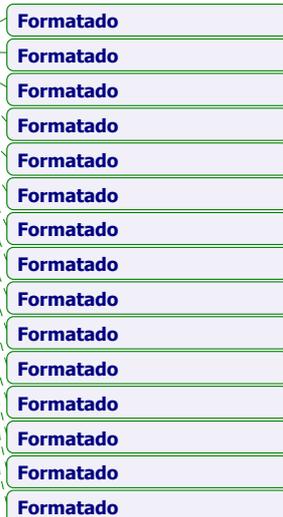
4.1 Resultados

As maiores dificuldades de classificação foram encontradas no momento de classificar as *kenjinkais* (associações dos provincianos). Ainda que estas entidades tenham um forte papel na cultura e na educação, elas promovem também atividades como cooperação técnica internacional e intercâmbios culturais. Isso fez com que fossem classificadas como promotoras de atividades internacionais.

As instituições esportivas também demandaram uma reflexão mais profunda para sua classificação. A sua definição pela ICNPO é bastante simples. Contudo, a definição do que se entende por um “esporte japonês” é mais complexa. Esportes como o judô, por exemplo, têm origem japonesa, mas os seus praticantes possuem origens bastante diversas. Outras práticas como o beisebol e o tênis de mesa, não são japonesas em sua origem, mas a maior parte dos seus praticantes no Brasil é composta por japoneses ou nipo-descendentes.

Neste caso, foram classificadas como entidades japonesas aquelas organizações que declaram ter como público-alvo nipo-descendentes e esportes cujos praticantes são no país são majoritariamente japoneses.

Percebemos que dos doze grupos propostos pela classificação ICNPO, as organizações do terceiro setor da comunidade japonesa de São Paulo se distribuem por oito destes grupos, conforme se pode visualizar no gráfico a seguir.



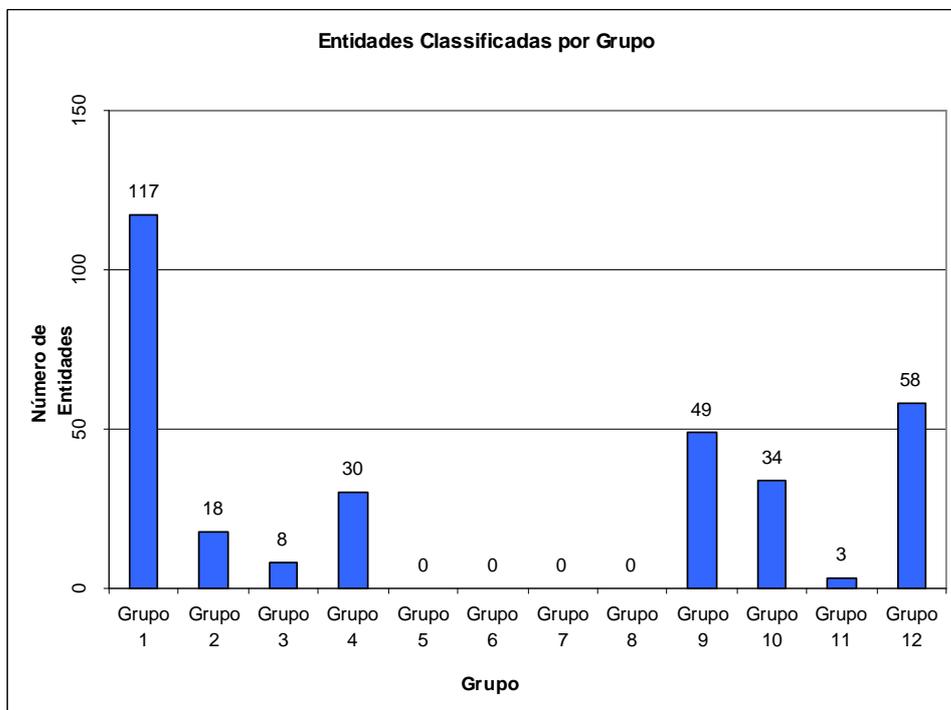


Gráfico 1: número de entidades por grupo

Os tipos de entidades mais frequentes nesta classificação foram: cultura e recreação; atividades internacionais e outros. Por outro lado, não foram encontradas entidades dos seguintes grupos: ambientalismo, desenvolvimento e habitação, defesa de direitos e atuação política e intermediação do voluntariado e filantropia.

Também foi constatado que as entidades dos grupos “cultura e recreação”, “educação e pesquisa” e “saúde” não se distribuíam de forma homogênea, isto é, elas estavam divididas de forma heterogênea entre os subgrupos da classificação. Isto fica claro a seguir.

4.1.1. As organizações de cultura e recreação

O grupo 1 que se subdivide em Cultura e Artes, Recreação e Clubes de Serviço apresentou 117 entidades identificadas, sendo o grupo mais freqüente entre os 12 representando 37% do total das organizações listadas. Dentre as suas 117 entidades, 54% (63 organizações)

Formatado

estão na categoria “Cultura e Artes” enquanto os outros 46% estão dentro do subgrupo Recreação conforme podemos ver a seguir:

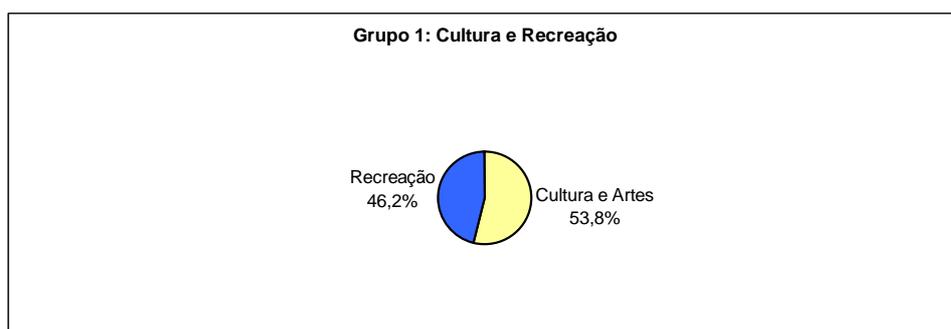


Gráfico 2: distribuição das entidades de cultura e recreação

As entidades do subgrupo Cultura e Artes são os museus de cultura japonesa, as associações que preservam a música folclórica, a culinária e algumas associações que trabalham com técnicas como o *Ikebana* (de preparação de arranjos florais) e o *Haikai* (estilo japonês de poesia). Algumas dessas atividades como a culinária e o *ikebana* são bastante difundidos no Brasil também entre os não descendentes de japoneses.

Formatado
Formatado
Formatado

O karaokê merece destaque dentro deste subgrupo. Apesar de ser uma atividade contemporânea, ele é responsável por 27 das 63 organizações listadas no subgrupo e já é considerado como uma atividade profissional para muitos cantores e pessoas que prestam serviços de infra-estrutura para eventos, tais como concursos e apresentações.

Já no subgrupo Recreação observou-se a ocorrência de 54 entidades voltadas para diversos esportes e atividades como o *kendô*, *sumo* e, sobretudo o *radio taissô*, o *gateball* e o beisebol. Estas entidades são majoritariamente clubes nos quais são praticadas as modalidades citadas.

Formatado
Formatado
Formatado
Formatado

4.1.2. Educação e Pesquisa

A distribuição das entidades do grupo 2 pode ser vista no gráfico a seguir

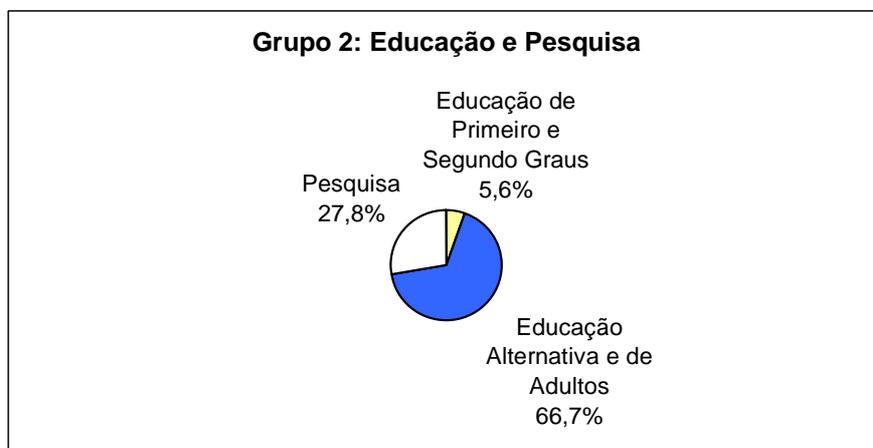


Gráfico 3: distribuição das entidades do grupo 2.

Formatado

Formatado

O grupo 2 é composto por entidades que lidam com atividades de administração, provisão, condução e apoio a serviços de educação e pesquisa (SALAMON, 1995, p. 82). Este grupo está subdividido em quatro subgrupos a saber: Educação de Primeiro e Segundo Grau, Educação Superior, Educação Alternativa e Superior e Pesquisa. Neste estudo foram observadas 18 entidades da colônia japonesa relacionadas com o tema Educação e Pesquisa o que representa 5,7% do total da amostra analisada. Estas entidades estão divididas em três dos quatro subgrupos. O único grupo ausente é o de Educação Superior.

No subgrupo de “Educação Primária e Secundária” há apenas uma instituição, a Fundação Instituto Educacional Dona Michie Akama - mais conhecida como Colégio Pioneiro -, uma escola bastante tradicional entre os nipo-descendentes da cidade de São Paulo que atende de crianças da pré-escola até alunos do ensino médio.

O tema Educação Alternativa e de Adultos concentra o maior número de entidades do grupo 2. São 12 entidades que representam 66% do grupo. As entidades listadas promovem atividades como o treinamento para bolsistas que pretendem ir ao Japão, formação e aperfeiçoamento de professores da língua japonesa e algumas entidades ligadas aos cultos orientais que promovem cursos em temas diversos como agricultura, shiatsu, além da tradução e publicação de livros.

Formatado

No subgrupo 2_400, representado pelas entidades de pesquisa, encontramos cinco entidades que correspondem a 28% do grupo de educação e pesquisa. São elas: o Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, Centro de Estudos Japoneses da Universidade de São Paulo, a Câmara Júnior Brasil Japão, o Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão e a Sociedade Brasileira de Pesquisadores Nikkeis. Estas entidades realizam pesquisas, sobretudo na área das ciências humanas com ênfase para a cultura japonesa.

4.1.3. Saúde

O grupo 3 engloba as entidades sem fins lucrativos relacionadas à provisão, à administração e ao suporte de atividades relacionadas à área de saúde. Ele inclui entidades como hospitais, sanatórios, entidades que promovem a medicina preventiva, atendimento de urgência entre outros. As subdivisões deste grupo são quatro: Hospitais e Reabilitação, Casas de Reabilitação e Enfermagem, Saúde Mental e Intervenção em Crises e Outros Serviços de Saúde. Estas entidades representam 2,5% do total das entidades sem fins lucrativos pesquisadas. Neste levantamento foram encontradas oito entidades que realizam este tipo de serviço, sendo este o único grupo no qual houve ocorrência de todos os subgrupos conforme pode ser visto no gráfico a seguir.

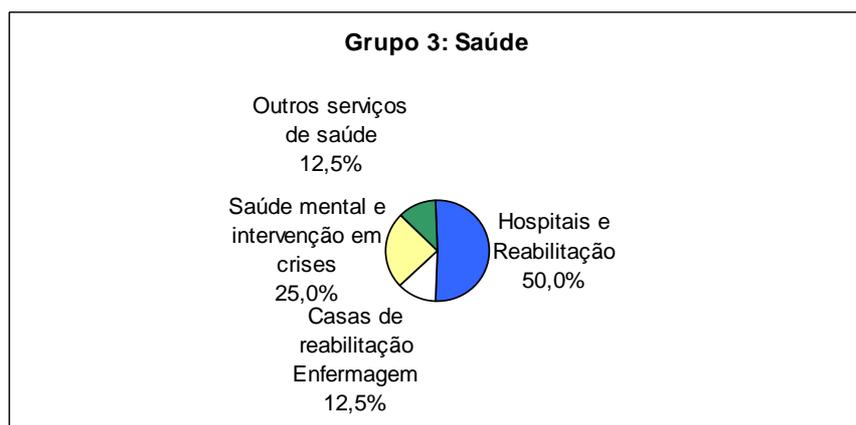


Gráfico 4: distribuição das entidades do grupo 3

4.1.4. Serviços Sociais

O grupo de serviços sociais inclui as entidades que provêm serviços sociais e humanitários a comunidades ou a um público específico. Este grupo está subdividido em: Serviços Sociais, Emergências e Geração e Manutenção de Renda.

Foram encontradas 30 entidades nesse grupo. Todas elas foram caracterizadas no subgrupo Serviços Sociais e são majoritariamente dois tipos de entidades: alojamentos de estudantes e grupos de escoteiros, ambos freqüentados por nipo-descendentes.

Excluído:

Os alojamentos são geralmente subsidiados por recursos das associações provinciais e atendem aos descendentes de provincianos que são oriundos de outras cidades. Os grupos de escoteiros e bandeirantes são foram bastante freqüentes no subgrupo.

4.1.5. Atividades Internacionais

O grupo de atividades internacionais representa 15% do total de entidades listadas. No processo de classificação foram encontradas 49 entidades desse grupo. São entidades de cooperação internacional na área de comércio, agricultura e de intercambistas.

As associações provinciais (*kenjinkai*) formam a maior parte dessas entidades com 45 ocorrências.

Formatado

Formatado

As primeiras associações de províncias surgiram há mais de 90 anos, junto com o movimento de imigração japonesa no Brasil que começou em 1908. Hoje são 45 entidades sediadas no país (todas em São Paulo) cujas atividades são coordenadas pela Federação das Associações de Províncias do Japão no Brasil (*Keren*). Entre as mais antigas esta a Associação Cultural de Kagoshima do Brasil que foi fundada em 1913. Longe da terra natal, as associações foram criadas com o objetivo de manter os laços com o seu povo através de intercâmbio cultural, assistencial e social, além de bolsa de estudos para jovens com domínio da língua japonesa.

4.1.6. Entidades Religiosas

As entidades religiosas estão compreendidas no grupo 10. Ao longo da pesquisa foram observadas 34 ocorrências de entidades desta natureza representando 10,7% do total das entidades classificadas.

São muitas as religiões japonesas praticadas no Brasil. Elas vão desde as mais tradicionais como o Budismo e Xintoísmo até outras mais modernas como o Seicho-No-Ie, a Perfect Liberty e a Igreja Messiânica que têm bastantes adeptos não descendentes. As religiões ocidentais que oferecem cultos em japonês para membros da colônia também foram incluídas como entidades da colônia japonesa.

Formatado

Formatado

4.1.7. Associações Profissionais

Parte do grupo 11, as associações profissionais representam 0,9% das entidades levantadas e estão representadas por três entidades: a Associação Cultural e Assistencial e Cultural da Liberdade (ACAL), a Associação Brasileira de Acupuntura e a Federação Nacional dos Profissionais em Acupuntura Moxabustão Do In e Quiroprática.

Por fim, o grupo 12, representado pelas entidades que não se encaixam em outros grupos, teve 18,3% das entidades ou, em outras palavras, 58 entidades. As entidades que compõem este grupo são geralmente associações de bairro que apresentam características de entidade esportiva, educacional, cultural, de assistência social, além de serem associações de bairro. Esta característica multifacetada levou à sua classificação neste grupo.

5. Análise dos Resultados

O levantamento que se fez nos dá subsídios para compreender um pouco da dinâmica da formação destas organizações, e como esta dinâmica está atrelada ao processo de imigração japonesa para o Brasil nos últimos 90 anos.

5.1. Organizações de cultura e recreação e a manutenção do Japão no Brasil

A maior concentração de organizações dentre aquelas voltadas à cultura e à recreação dá ensejo a três possibilidades: a preparação para a volta, a preservação da cultura para as novas gerações e o relacionamento entre esporte e senso de comunidade.

Segundo Handa (1987), as primeiras ondas de imigração japonesa do início do século XX tinham como principal sentido a preocupação dos imigrantes – normalmente trabalhadores agrícolas – de fazer fortuna em uma terra de fartura e riqueza para depois retornarem ao Japão. A Figura 1 mostra um cartaz de estímulo para a imigração com destino à América do Sul (Peru e Brasil). Trata-se de um homem com a família debaixo do braço, cuja mão segura uma pequena enxada; e a mão direita aponta para a América do Sul. Os dizeres do cartaz são explícitos: "Agora vamos, levando a família, para a América do Sul".



Figura 1: "Agora vamos, levando a família, para a América do Sul" (1925)
Fonte: Museu Histórico da Imigração Japonesa (2005)

Apesar da mudança para o novo mundo, o sentido é o do retorno. Por este motivo, desde o início, as associações culturais – também envolvidas com as *kenjinkais* – passam a ter um sentido de preservação da identidade japonesa, do sentimento nacional (em especial, o culto ao Imperador).

Com o fim da Segunda Guerra, as associações passam a trabalhar mais com o sentido de recuperar o orgulho nacional perdido e passar o modo de vida japonês para as novas gerações.

Além disso, o medo da integração traz um estímulo muito forte para a criação de clubes esportivos próprios, para manter os jovens junto à comunidade.

Hoje, o sentido de manutenção de atividades esportivas diz respeito à tentativa de sobrevivência das entidades, que enfrentam diversos problemas de atração de novos membros.

5.2. Educação como forma de integração pela diferenciação

A existência de organizações voltadas para a educação de adultos, mais especificamente para o ensino da língua japonesa, mostra duas tendências fortes: a tentativa de manutenção do conhecimento da língua e o auxílio para que os nipo-descendentes se preparem para estudar no Japão.

Há também uma forte valorização da educação formal como um meio para a integração na sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que se cria um espaço de criação de identidade com o Japão e também com a província de origem dos antepassados. Daí a forte presença de organizações que fornecem serviços de hospedagem a estudantes. Estas organizações estão normalmente associadas às *kenjinkais*.

5.3. As *Kenjinkai* e o fenômeno de kassegui.

Dentro da nossa pesquisa, as *kenjinkai* foram classificadas como organizações que promovem atividades internacionais, principalmente de intercâmbio com o Japão.

Isso se deve ao fato de que as *kenjinkai*, a partir dos anos 1980, mudaram de objetivos. Se no início eram organizações com o objetivo de manter os laços com o seu povo através de intercâmbio cultural, assistencial e social, hoje a principal atividade das *kenjinkai* é a de garantir bolsas para os nipo-descendentes irem estudar no Japão e, a partir deste contato, conseguirem acesso ao mercado de trabalho.

5.4. As organizações religiosas da comunidade japonesa

Não é de se estranhar uma forte presença de organizações religiosas dentre as organizações da comunidade japonesa no Brasil. O início da imigração japonesa ao Brasil se contextualiza com um cenário simbólico de busca pelo enriquecimento no menor espaço de tempo possível. Porém, a realidade mostrou que tal objetivo era praticamente impossível de ser alcançado. Isso, aliado à derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial possibilitaram a estadia definitiva dos japoneses no Brasil (OZAKI, 1990).

Junto com a força de trabalho, os japoneses trouxeram consigo toda a tradição, cultura e valores orientais. O período inicial da imigração registrou a presença de membros e missionários de vários grupos religiosos, porém o trabalho destes era muito limitado, graças à inibição por parte das autoridades japonesas que obedeciam as orientações da Reforma Meiji de incluir o Xintoísmo como religião do Estado e da Nação. Mesmo o budismo, que desde o século VII era a religião predominante no país, perdera a liberdade de ação que possuía sobre todas as camadas da sociedade.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, a situação interna político-religiosa do Japão mudou radicalmente, pela derrota sofrida. O xintoísmo deixou de ser religião nacional, e a nova constituição proclamou liberdade religiosa em todo o país. Os imigrantes deixaram de lado

o desejo ardente de regressar para sua terra de origem e possibilitaram a organização de grupos religiosos que foram difundindo as religiões japonesas dentro e fora da “colônia japonesa”.

Pouco a pouco as religiões japonesas começavam a exercer sua influência no Brasil. Em 1924, chegaram alguns membros da religião Oomoto, doutrina surgida em plena Reforma Meiji. Em 1929, foi a vez de Tenrikyo e em 1952 entrou no Brasil a Seicho-no-ie, a religião que conseguiu mais adeptos aqui.

Houve o ressurgimento das religiões que estavam oprimidas, como o Tenrikyo, Konkokyo, Oomotokyo, Hitonomichi (Instituição Religiosa Perfect Liberty), que recomeçaram suas atividades religiosas com maior vigor. O Cristianismo e o Budismo puderam finalmente exercer suas atividades publicamente. Atualmente, existe no Japão cerca de 460 religiões reconhecidas e registradas, fora milhares de outras entidades religiosas que atuam clandestinamente.

Todas as religiões japonesas foram introduzidas no Brasil com a finalidade primordial de atender os imigrantes e seus descendentes. Assim foi no início. Com o correr do tempo, no entanto, algumas entidades religiosas, principalmente as novas religiões, começaram a atrair sensivelmente o público brasileiro, de modo especial pela forma de ensino profundamente humanitário e pela cura de doenças. A Seicho-no-ie foi à pioneira. Ela não se apresentava propriamente como religião com celebrações e cultos. A Seicho-no-ie passava como uma simples filosofia de vida, que atendia as pessoas de todas as crenças, sem exceção. Calcula-se mais de um milhão o número de adeptos e simpatizantes em todo o território nacional, em sua maioria brasileiros na incrível proporção de 80 para 90% do total de adeptos (OZAKI, 1990).

6. Considerações Finais

Este trabalho não tem a pretensão de encerrar as pesquisas sobre o universo das organizações da comunidade japonesa na cidade de São Paulo.

Pelo contrário, o que se pretende aqui é que este trabalho possa ajudar àqueles que têm o interesse em aprofundar os seus conhecimentos sobre o tema.

Nós, pesquisadores que escrevemos este relatório acreditamos que muito ainda está por se explicar. Mas, este primeiro esforço foi extremamente revelador e nos instigou a pensar em aprofundar estas pesquisas dentro de um futuro próximo.

7. Bibliografia

Excluído: ¶

ALIANÇA CULTURAL BRASIL-JAPÃO. Cultura Japonesa: São Paulo Rio de Janeiro, Curitiba.

ANHEIER, Helmut e SEIBEL, Wolfgang (orgs). The Third Sector: Comparative Studies of Nonprofit Organizations. Berlin: Walter De Gruyter, 1990.

HANDA, Tomoo. Memórias de um imigrante japonês. São Paulo: T.ª Queiroz: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

MOORE Jr., Barrington, Jr., As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. 1º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORAIS, Fernando. Corações Sujos, São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 349 p.

NAKANE, Chie. Japanese Society. Tokyo: Editora Tuttle, 1984.

OZAKI, André Mazao, S.J. As Religiões Japonesas no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

RODRIGUES, Ondina Antonio. Imigração Japonesa no Brasil. 1º Ed. Série Resumos, nº 4. 1999.

SAKAIYA, Taichi. What is Japan?: Contradictions and Transformations. New York: Editora Kodansha, 1993.

SALAMON, Lester M. America's Nonprofit Sector: A primer. New York, EUA: The foundation Center, 1992.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. Imigração Japonesa no Brasil. São Paulo: 2000. 44p.

Excluído: ¶

APÊNDICE A

A CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS: NOTAS EXPLICATIVAS.

Grupo 1: Cultura e recreação.

Formatado

Organizações e atividades nos campos da cultura e recreação.

1 100 Cultura e artes

Mídia e comunicações: produção e disseminação da informação e comunicação; inclui redes de rádio e TV, publicação de livros, periódicos, jornais e newsletters, produção de filmes, bibliotecas.

Formatado

Artes visuais, arquitetura, arte em cerâmica: produção disseminação e exposição de artes visuais e arquitetura; inclui esculturas, sociedades de fotografia, pintura, desenho, centros de design, sociedades arquitetônicas.

Artes performáticas: centros de artes performáticas, companhias e associações; inclui teatros, dança, balé, ópera, orquestras, corais e grupos musicais.

Sociedades históricas, literárias e humanísticas: promoção e apreciação de ciências humanas, preservação de artefatos históricos e culturais, comemoração de eventos históricos; inclui sociedades de história, poesia e literatura, associações de idiomas, promoção da leitura, memoriais de guerra, fundos comemorativos e associações.

Museus: museus de arte, história, ciências naturais, tecnológicos e culturais.

Zoológicos e aquários.

1 200 Recreação

clubes esportivos: provisão de esportes amadores, treinamento, condicionamento físico e serviços e eventos relacionados a competições esportivas..

recreação e clubes sociais: provisão de equipamentos públicos e serviços de recreação voltados para indivíduos e para a comunidade; inclui parques de associações, clubes de campo, clubes de homens e mulheres, centros de condicionamento físico.

1 300 Clubes de Serviço

Organizações de membros que provêm serviços aos sócios e a comunidades locais tais como Kiwanis, Lions ou Zonta International.

Formatado

Grupo 2: Educação e pesquisa

Organizações e atividades voltadas para a administração, provisão, promoção, condução, suporte e serviços na área da educação e pesquisa.

2 100 Educação primária e secundária

educação elementar, primária e secundária: educação nos níveis elementar, primário e secundário; inclui pré escolas exceto as de day care.

2 200 Educação superior

educação superior (nível universitário): ensino superior, provisão de títulos acadêmicos; inclui universidade, escolas de gestão de negócios; escolas de Direito: escolas médicas.

2 300 Educação alternativa e de adultos

Escolas técnicas e vocacionais: Treinamento técnico e vocacional voltados para o aumento da empregabilidade; inclui escolas de comércio; treinamento para assistente jurídico, escolas de secretariado.

Educação de adultos/ especialização: instituições engajadas na provisão de educação e treinamento que não sejam do sistema de educação formal; inclui escolas de especialização; escolas de cursos por correspondência, escolas noturnas, programas de alfabetização e programas de leitura.

2 400 Pesquisa

pesquisa médica: pesquisas no campo da medicina, inclui pesquisas sobre doenças específicas, distúrbios e assuntos médicos.

Ciência e tecnologia: pesquisa em física, ciências biológicas, engenharia e tecnologia.

Ciências sociais e estudo de políticas: pesquisa e análise nas áreas de ciências sociais e estudo de políticas.

Grupo 3: Saúde

Organizações voltadas para atividades relacionadas à saúde, provisão de serviços de saúde, serviços gerais e especializados, administração de serviços de saúde e serviços de apoio.

3 100 Hospitais e reabilitação

hospitais: tratamento e atendimento médico

reabilitação: tratamento, terapias de reabilitação para indivíduos que sofrem de deficiências físicas devido a lesões, defeitos genéticos ou doenças e que requerem fisioterapia ou formas similares de tratamento.

3 200 Casas de enfermagem

casas de enfermagem: tratamento para recuperação de pacientes, tratamento em domicílio assim como serviços de tratamento primário; inclui asilos e casas de enfermagem para deficientes.

3 300 Saúde mental e intervenção em crises

Formatado

hospitais psiquiátricos: pacientes internados para tratamento de doenças mentais.

tratamento de doenças mentais: tratamento sem internação para doentes mentais; inclui centro comunitários de doenças mentais e clínicas temporárias.

intervenção em crises: serviços e aconselhamento para pacientes em situações mentais extremas; inclui prevenção de suicídios e apoio a vítimas de violência.

3 400 Outros serviços de saúde

saúde pública e educação para prevenção de doenças: promoção da saúde pública e ensino de saúde preventiva; inclui testes de saneamento básico para riscos potenciais à saúde, treinamento em primeiros socorros e planejamento familiar.

tratamento sem internação: organizações que oferecem serviços de saúde sem internação, por exemplo, clínicas, postos de saúde e centros de vacinação.

serviços médicos de reabilitação: terapias alternativas sem internação; inclui centros de cura natural, clínicas de yoga, centros de fisioterapia.

serviços médicos de emergência: serviços para pessoas com necessidades imediatas de tratamento; inclui serviços de ambulatório e paramédicos, atendimento a choques e traumas; serviços de ambulância.

Grupo 4 serviços sociais

Organizações e instituições que provêem serviços humanitários ou sociais a uma população alvo.

4 100 Serviços sociais

bem estar da criança, serviços a crianças e day care: serviços para crianças, serviços de adoção, centros de desenvolvimento infantil, inclui centros infantis de assistência e enfermarias.

serviços a jovens e bem estar do jovem: serviços aos jovens; inclui prevenção à delinquência, prevenção de gravidez precoce, prevenção à evasão escolar, centros de jovens e clubes, programas de colocação profissional para jovens; inclui ACM. “YWCA”, escoteiros, bandeirantes, “Big Brothers/ sisters”.

serviços familiares: serviços a famílias; inclui educação familiar, agências de pais solteiros, abrigos e serviços para vítimas de violência familiar.

serviços aos portadores de necessidades especiais: serviços aos portadores de necessidades especiais; inclui casas que não sejam casas de enfermagem; meios de transporte, recreação e outros serviços especializados.

serviços aos idosos: organizações que promovem cuidados geriátricos; inclui serviços de atendimento em domicílio, serviços gerais domésticos, meios de transporte, recreação, programas de alimentação e outros serviços voltados aos idosos (não inclui enfermagem residencial).

auto ajuda e outros serviços sociais: programas e serviços de auto ajuda e desenvolvimento; inclui grupos de apoio, aconselhamento pessoal, aconselhamento de crédito e serviços de assistência financeira.

4 200 Emergências

prevenção e controle de emergências e desastre: organizações que previnem, predizem e controlam e aliviam os efeitos de desastres, educam para a prevenção, e que ensinam indivíduos a lidar com desastres, inclui bombeiros voluntários e serviços de resgate de barco.

abrigo temporários: organizações que provêm abrigo temporário a mendigos, auxílio a viajantes e abrigo temporário.

assistência aos refugiados: organizações que oferecem alimentação, roupas abrigo e que prestam serviços a imigrantes e refugiados.

4 300 Geração e manutenção de renda

auxílio de renda e manutenção: organizações que oferecem dinheiro ou outros que serviços a pessoas para que estas mantenham um nível mínimo de vida.

assistência material: organizações que oferecem comida, roupas, transporte e outras formas de assistência. Inclui bancos de alimento e centros de distribuição de roupas.

Grupo 5: ambientalismo

Organizações que promovem e oferecem serviços nas áreas de conservação do meio ambiente, controle e prevenção da poluição, educação ambiental e proteção aos animais.

5 100 ambientalismo

redução e controle da poluição: Controle e prevenção da poluição da água do ar e da poluição sonora. Promove programas de reciclagem e combate ao aquecimento global.

conservação e proteção dos recursos naturais: preservação dos recursos naturais como águas, energia, plantas, solo para o uso público racional.

promoção de áreas verdes e melhoria do meio ambiente: preservação de parques, promoção de áreas verdes na cidade e no campo.

5 200 proteção aos animais

proteção e promoção do bem estar dos animais: proteção e promoção do bem estar dos animais, inclui abrigos para animais e sociedades protetoras dos animais.

preservação e proteção à vida selvagem: preservação e proteção à vida selvagem, inclui reservas ambientais e parques nacionais.

serviços veterinários:hospitais veterinários e serviços para animais domésticos e de fazendas.

Grupo 6: Desenvolvimento e habitação

Organizações que promovem programas e oferecem serviços para o desenvolvimento econômico e social por meio da melhoria das comunidades.

6 100 Desenvolvimento econômico, social e comunitário

organizações comunitárias e de bairro: organizações que trabalham visando a melhoria da qualidade de vida em comunidades ou bairros- por exemplo: associações de luta por moradia, associações de desenvolvimento local e cooperativas de pessoas de baixa renda.
desenvolvimento econômico : programas e serviços para melhorar e infra estrutura econômica; inclui a construção de infra estrutura como estradas, programas de empreendedorismo e assistência técnica , associações de desenvolvimento rural.
desenvolvimento social: organizações que trabalham para melhorar a estrutura institucional e a capacidade de atender a problemas sociais.

6 200 Habitação

associações de habitação: desenvolvimento, construção, gerenciamento, leasing, financiamento e restauração de moradias.
Assistência em habitação: organização que promovem a procura por moradia e que oferecem serviços jurídicos ou apoio relacionada à habitação.

6 300 Emprego e capacitação

programas de treinamento e trabalho: entidades que promovem e apóiam programs de aprendizado, estágios e treinamento.
aconselhamento e orientação vocacional: aconselhamento e orientação vocacional testes e serviços correlatos.
Reabilitação vocacional: organizações que promovem a geração de renda e auto suficiência via treinamento e aperfeiçoamento.

Grupo 7: Defesa de direitos e atuação política

Organizações e grupos que trabalham para promover e proteger direitos civis e direitos em geral, ou que advoguem em nome de interesses econômicos, sociais e direitos difusos. E organizações que oferecem serviços legais e que promovem a segurança pública.

7 100 Entidades de defesa de Direitos Civis

organizações de advocacy: associações de proteção de direitos e promoção de interesses de grupos específicos como por exemplo: portadores de necessidades especiais, idosos, crianças e mulheres.
associações de direitos civis: organizações que trabalham para proteger ou preservar liberdades individuais e direitos humanos.
associações étnicas: associações que promovem os interesses de, ou provêm serviços a grupos de uma determinada etnia.
associações que promovem o comportamento cívico

7 200 Serviços jurídicos e de proteção legal

organizações de serviços jurídicos: serviços jurídicos, aconselhamento e assistência em disputas e resolução de problemas legais.

prevenção de crimes e promoção da segurança pública: prevenção de crimes para a promoção da segurança e medidas de precaução entre cidadãos.
reabilitação de criminosos: programas e serviços para reintegração de criminosos; inclui presídios e prisões alternativas.
apoio a vítimas de crimes: serviços de aconselhamento a vítimas de crimes.
associações de defesa do consumidor: proteção dos direitos dos consumidores e melhoria de produtos por meio do controle de qualidade.

7 300 Entidades de atuação política

Os partidos políticos e suas organizações: serviços de apoio a candidatos. Relações públicas e levantamento de recursos para campanhas.

Grupo 8: Intermediários filantrópicos e promoção do voluntariado

Organizações filantrópicas e entidades que promovem caridade.

Formatado

8 100 Intermediários filantrópicos e promoção do voluntariado
fundações de apoio financeiro (grantmakers): fundações privas, fundações de empresas, comunidades e fundações independentes.
promoção e apoio ao voluntariado: organizações que recrutam, treinam e alocam voluntários.
organizações de arrecadação de fundos: organizações federativas, fundos coletivos incluindo loterias.

Grupo 9 : Atividades Internacionais

Organizações que promovem o entendimento de diferentes culturas entre pessoas de diferentes países e históricos de vida e também aquelas que promovem ajuda em casos de emergência. Organizações que promovem o bem estar em outros países.

9 100 Atividades internacionais

Programas de intercâmbio cultural: programas e serviços criados para incentivar o respeito e as boas relações internacionalmente.
associações de desenvolvimento à assistência internacional: programas e projetos que promovam o desenvolvimento econômico e social no exterior.
organizações de apoio a emergências e catástrofes em países estrangeiros: entidades que coletam e destinam auxílio para países em situação de calamidade.
organizações que promovem a paz e os direitos humanos: organizações que promovem e monitoram os direitos humanos e a paz internacional.

Grupo 10: Religião

Organizações promotoras de crenças religiosas e que administram serviços religiosos e espirituais; Inclui igrejas, sinagogas, templos, mesquitas, mosteiros, seminários e instituições religiosas similares. Também estão as associações ligadas a estas organizações.

10 100 Congregações e associações religiosas

congregações: igrejas, sinagogas, templos, mesquitas, monastérios, seminários e instituições religiosas similares que promovem cultos e rituais.

associações de congregações: associações e instituições auxiliares das congregações e organizações que apóiam e promovem crenças cultos e rituais.

Grupo 11: Sindicatos e Associações profissionais de empregadores, empregados e autônomos.

Organizações que promovem regulam e resguardam interesses profissionais.

11 100 Sindicatos e Associações profissionais de empregadores, empregados e autônomos.

▲ Federações: organizações que trabalham para promover, regular e resguardar interesses de setores econômicos, por exemplo: associação dos fazendeiros, associação de banqueiros, etc.

Associações profissionais: associações que trabalham promovendo regulando e protegendo interesses profissionais. Exemplo: associação dos bares, associações dos médicos.

Sindicatos: organizações que promovem, protegem e regulam os direitos e interesses dos empregados.

Formatado

Grupo 12: outros